



RESISTÊNCIA CULTURAL

Caso das Línguas Nacionais de Angola

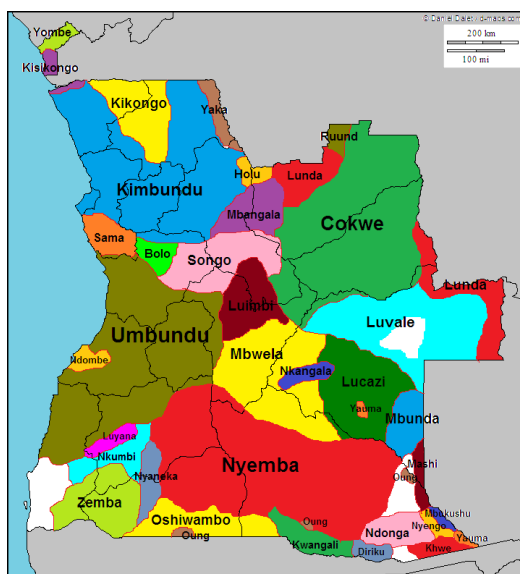


Imagem: Pimentel, Línguas de Angola, 2013.
Acesso em: 03/05/2025

Autor: António Lopes Nicolau
Email: alonicolau@yahoo.com.br

Maio 2025
(Artigo nº 002/2025)

Luanda – Angola



ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	3
I. Introdução	3
II. Contexto Histórico das Línguas em Angola	3
2.1 Colonialismo e imposição do português.....	3
2.2 Política linguística no período pós-independência	4
III. As Línguas Nacionais de Angola.....	4
3.1 Classificação e diversidade linguística	4
3.2 Situação actual e estatísticas	5
IV. Resistência Cultural através da Língua	5
4.1 Línguas como vectores de identidade	5
4.2 Transmissão oral e tradição	6
4.3 Activismo linguístico e revitalização	6
V. Desafios à Preservação das Línguas Nacionais	6
5.1 Urbanização e globalização.....	6
5.2 Políticas educacionais e mídia	7
5.3 Estigmatização e desvalorização social.....	7
VI. Iniciativas e Estratégias de Valorização.....	7
6.1 Projectos governamentais e ONGs	7
6.2 Inclusão das línguas nacionais no sistema educativo	8
6.3 Tecnologias e documentação linguística	8
VII. Estudo de Caso: <i>Kimbundu e Umbundu</i>	9
VIII. Conclusão	10
IX. Referências Bibliográficas.....	10

NOTA PRÉVIA

Num contexto marcado por séculos de dominação colonial, as línguas nacionais de Angola resistiram como bastiões da identidade e memória colectiva. Este ensaio propõe uma análise crítica sobre o papel destas línguas na resistência cultural do povo angolano, abordando sua trajectória histórica, os desafios enfrentados e as estratégias actuais de valorização. Ao examinar a relação entre língua e identidade, busca-se demonstrar como, mesmo diante da hegemonia do português, as línguas nacionais continuam a ser formas poderosas de afirmação cultural, especialmente em contextos comunitários e familiares. O caso angolano revela que preservar as línguas é, também, preservar modos de vida e visões de mundo singulares.

I. INTRODUÇÃO

Angola é um país marcado por uma rica diversidade étnica e linguística, resultado de sua complexa história que inclui séculos de colonização portuguesa. As línguas nacionais angolanas, predominantemente de “origem bantu”, desempenham um papel fundamental na construção da identidade cultural dos seus povos, funcionando como veículos de memória colectiva, tradição e resistência cultural. Apesar da imposição do português como língua oficial e dominante desde o período colonial, essas línguas mantêm-se vivas, sobretudo em contextos comunitários e familiares, representando uma forma de afirmação cultural e resistência à homogeneização linguística.

Este artigo analisa a trajectória histórica das línguas em Angola, os desafios enfrentados pela sua preservação e as estratégias actuais para sua valorização, destacando a importância das línguas nacionais como elementos centrais da identidade e cultura angolanas.

II. CONTEXTO HISTÓRICO DAS LÍNGUAS EM ANGOLA

2.1 Colonialismo e imposição do português

A colonização portuguesa em Angola, iniciada no século XV, teve profundas consequências para o panorama linguístico do país. O território angolano, antes composto por diversos grupos étnicos e linguísticos com suas línguas maternas, foi reorganizado sem respeito às fronteiras sociolinguísticas, criando uma nação plurilingue e pluriétnica (Scribd, 2025). Durante o período colonial, o português foi imposto como língua oficial, língua da administração, da educação e do poder, relegando as línguas nacionais a um *status* secundário e ameaçando sua vitalidade.

No início do século XX, especialmente com o advento do Salazarismo, houve uma sistematização rigorosa da política linguística colonial, que proibiu o ensino das línguas locais nas escolas, como exemplificado pelo **Decreto nº 77 de 1921**, que vedava o uso das línguas indígenas no sistema educacional, inclusive em escolas missionárias (Augusto, 2015). O português foi promovido como língua única de comunicação e símbolo da autoridade colonial, sendo obrigatório em espaços públicos e instituições, o que contribuiu para a marginalização e estigmatização das línguas nacionais. Essa

imposição linguística foi também um instrumento de dominação cultural e política, visando a assimilação e o controlo da população angolana (Scribd, 2025; Augusto, 2015).

2.2 Política linguística no período pós-independência

Com a independência de Angola em 1975, o português manteve-se como língua oficial, conforme estabelecido na Constituição da República de Angola de 2010, que reconhece o português como língua oficial, mas também prevê a valorização e promoção das línguas nacionais (Scribd, 2025). Apesar desse reconhecimento constitucional, a política linguística no período pós-independência tem sido marcada por contradições: embora haja declarações oficiais sobre a importância das línguas nacionais, na prática o português permanece dominante na educação, administração e mídia, dificultando a circulação e o ensino das línguas indígenas (Scribd, 2025).

A Lei de Bases do Sistema de Educação reforça o português como língua de escolarização, o que limita a implementação de um ensino bilíngue que poderia fortalecer as línguas nacionais (Scribd, 2025). Nos últimos anos, entretanto, têm surgido propostas e iniciativas para promover o uso das línguas nacionais em diversos domínios, incluindo a educação, justiça, saúde e cultura, buscando assegurar que as línguas nacionais de Angola sejam reconhecidas como instrumentos culturais, científicos e de comunicação social. Essas iniciativas reflectem um esforço para transformar a política linguística nacional, promovendo a inclusão e o respeito à diversidade linguística do país, embora ainda existam desafios significativos para a efectiva implementação dessas políticas (Dialnet, 2015).

III. AS LÍNGUAS NACIONAIS DE ANGOLA

3.1 Classificação e diversidade linguística

Angola é um país caracterizado por uma grande diversidade linguística, com cerca de vinte línguas nacionais, a maioria pertencente à família das “línguas bantu”, que se estendem além das fronteiras políticas angolanas, reflectindo conexões transnacionais entre povos africanos (Miguel, 2019; RILP, 2018).

As principais línguas nacionais reconhecidas incluem o Umbundu, Kimbundu, Kikongo, Chokwe, Nyaneka-Nkhumbi, Kwanyama (Oshikwanyama), Ngangela, Fiote, Mbunda, entre outras (RILP, 2018; Jornal Folha 8, 2023).

A diversidade linguística angolana é marcada por variações fonológicas, morfológicas e lexicais, reflectindo a complexidade cultural do país. O Instituto de Línguas Nacionais (ILN) desenvolveu alfabetos oficiais para seis línguas nacionais (Kikongo, Kimbundu, Cokwe, Umbundu, Mbunda e Kwanyama), buscando uniformizar a escrita e promover a valorização dessas línguas (Miguel, 2019).

Essa padronização é fundamental para a documentação, ensino e revitalização das línguas nacionais, que tradicionalmente têm forte presença oral.

3.2 Situação actual e estatísticas

Actualmente, o português é a língua oficial e maioritariamente falada em Angola, com cerca de 71% da população utilizando-a como primeira ou segunda língua (INE, 2014). No entanto, as línguas nacionais ainda possuem um papel significativo, especialmente em contextos familiares e comunitários. O Umbundu é a língua nacional mais falada, com aproximadamente 23% da população, seguido pelo Kikongo (8%), Kimbundu (7,8%), Chokwe (6,5%), Nyaneka (3,4%), Ngangela (3,1%), Fiole (2,4%), Kwanyama (2,3%) e outras línguas com menores percentuais (INE, 2014; RILP, 2018).

Apesar dessa presença, as línguas nacionais enfrentam desafios significativos, como o declínio do uso nas áreas urbanas devido à migração rural-urbana e à predominância do português na educação, administração pública e mídia (Jornal Opais, 2024). A urbanização acelerada e a globalização contribuem para a erosão do uso das línguas nacionais, especialmente entre as gerações mais jovens, que tendem a valorizar o português como língua de progresso e integração social (Jornal Opais, 2024).

Estudos específicos sobre o Umbundu, por exemplo, indicam que embora continue sendo uma língua materna importante em regiões centrais como Huambo e Bié, seu uso está fragilizado pela falta de políticas educacionais efectivas e pelo preconceito linguístico (Lukamba Takumula, 2024). A situação do Kimbundu é similar, com concentração maior em Luanda e arredores, onde o contacto com o português tem levado a uma variedade híbrida da língua portuguesa influenciada pelo kimbundu, evidenciando um processo de contacto e mudança linguística (Victoriano Armindo, 2016).

Em síntese, as línguas nacionais de Angola são vitais para a identidade cultural e social do país, mas sua vitalidade está ameaçada pela hegemonia do português e pelas mudanças sócio-económicas. A valorização e preservação dessas línguas dependem de políticas públicas que promovam seu ensino, uso e documentação, bem como do envolvimento das comunidades locais na manutenção de seu património linguístico.

IV. RESISTÊNCIA CULTURAL ATRAVÉS DA LÍNGUA

4.1 Línguas como vectores de identidade

As línguas nacionais de Angola desempenham um papel crucial como vectores da identidade cultural do povo angolano. Elas são portadoras dos valores, histórias e tradições dos diversos grupos étnicos, funcionando como elementos centrais na construção e afirmação da identidade nacional. Conforme destacado pelo Ministério da Cultura de Angola, as “línguas de origem africana” são fundamentais para a diversidade cultural do país e carregam valores culturais e civilizacionais que devem ser protegidos, valorizados e promovidos como símbolos de identidade nacional e instrumentos de comunicação (Ministério da Cultura, 2025).

Mesmo diante da hegemonia do português, essas línguas mantêm-se como formas poderosas de expressão cultural, resistindo à homogeneização linguística e cultural imposta pelo passado colonial e pelas dinâmicas contemporâneas.

4.2 Transmissão oral e tradição

A transmissão oral é o principal meio pelo qual as línguas nacionais preservam e difundem a cultura e o conhecimento ancestral em Angola. A literatura oral, que inclui provérbios, contos, canções, adivinhas, fábulas, poesias, danças e narrativas, é a expressão mais autêntica da alma do povo angolano, reflectindo seu modo de ser, sentir e agir (Monteiro, 2013).

Essa tradição oral não apenas mantém viva a memória colectiva, mas também transmite normas sociais, valores éticos e saberes ancestrais de geração em geração, especialmente em cerimónias de iniciação e outras práticas culturais. A participação activa da comunidade, por meio de cantos, palmas e danças, confere um carácter dinâmico e envolvente a essas manifestações, reforçando o vínculo entre língua, cultura e identidade (Monteiro, 2013).

4.3 Activismo linguístico e revitalização

Nos últimos anos, tem havido um crescente activismo linguístico em Angola voltado para a valorização e revitalização das línguas nacionais. Movimentos culturais, académicos e governamentais têm promovido o ensino e o uso dessas línguas em diferentes domínios, buscando reverter o processo de marginalização que sofreram historicamente (Ministério da Cultura, 2025).

Projectos de documentação linguística, plataformas digitais de aprendizagem e inclusão das línguas nacionais no sistema educativo são algumas das estratégias adoptadas para garantir sua sobrevivência e desenvolvimento. Além disso, manifestações culturais contemporâneas, como o “**kuduro**” (estilo de música peri-urbana), têm funcionado como espaços de resistência linguística, incorporando expressões do português angolano e das línguas nacionais, reforçando a identidade cultural e a diversidade linguística do país (Gatillo, 2024).

Essas iniciativas reflectem um esforço colectivo para afirmar a pluralidade cultural angolana e preservar seu património linguístico como parte essencial da resistência cultural.

V. DESAFIOS À PRESERVAÇÃO DAS LÍNGUAS NACIONAIS

5.1 Urbanização e globalização

A urbanização acelerada em Angola tem provocado a migração massiva de populações rurais para centros urbanos, onde o português predomina como língua de comunicação, educação e trabalho. Esse processo contribui para a diminuição do uso quotidiano das línguas nacionais, especialmente entre as gerações mais jovens, que passam a valorizar o português como língua de progresso e integração social. A globalização, por sua vez,

intensifica o contacto com línguas internacionais e culturas externas, reforçando a hegemonia do português e reduzindo o espaço para as línguas locais.

Refere-se, que esses factores levam à erosão gradual das línguas nacionais, ameaçando sua transmissão intergeracional e sua vitalidade cultural (Bienal de Luanda, s.d.; Revista ABRALIN, 2019).

5.2 Políticas educacionais e mídia

Embora o Estado angolano tenha adoptado formalmente um modelo de educação bilíngue desde 2011, com o objectivo de introduzir as línguas nacionais no sistema educativo, a implementação efectiva dessas políticas enfrenta desafios significativos.

A predominância do português como língua de ensino e comunicação oficial limita o uso das línguas nacionais nas escolas, dificultando sua aprendizagem formal e sua valorização social. Contudo, a presença das línguas nacionais na mídia é restrita, apesar de iniciativas como a **rádio Ngola Yetu**, que emite programas em várias línguas locais.

A insuficiência de material didáctico e a falta de formação adequada de professores para o ensino bilíngue também comprometem a efectividade dessas políticas (Universidade de Lisboa, 2019; Wikipedia, s.d.).

5.3 Estigmatização e desvalorização social

As línguas nacionais em Angola carregam ainda um forte estigma social, resultado de séculos de políticas coloniais que as desvalorizaram e associaram a contextos rurais e de menor prestígio.

Muitas famílias preferem que seus filhos aprendam apenas o português, por receio de que o ensino das línguas locais prejudique o desempenho escolar ou a integração social. Essa desvalorização está ligada a preconceitos étnicos e sociais que se manifestam também na estigmatização dos grupos que falam essas línguas, reforçando divisões históricas e dificultando a promoção da diversidade linguística.

A estigmatização étnica, que pode se manifestar em rótulos e preconceitos, ameaça a coesão social e a construção de uma identidade nacional inclusiva, tornando urgente a promoção de uma **cultura de respeito e valorização das línguas nacionais** (Economia & Mercado, 2025; Revista ABRALIN, 2019).

VI. INICIATIVAS E ESTRATÉGIAS DE VALORIZAÇÃO

6.1 Projectos governamentais e ONGs

O governo angolano tem desenvolvido iniciativas importantes para a valorização das línguas nacionais, reconhecendo-as como veículos fundamentais da identidade cultural e instrumentos de comunicação social e institucional.

A proposta de Lei das Línguas de Angola, em **consulta pública** desde 11 de **Abril de 2025**, visa estabelecer princípios e regras para o uso das línguas nacionais em diversos

domínios, incluindo educação, justiça, saúde, agricultura, política e cultura, promovendo a inclusão social e fortalecendo a unidade na diversidade linguística do país (Ministério da Cultura, 2025).

Além do sector público, organizações não governamentais e movimentos culturais também contribuem para a promoção dessas línguas, desenvolvendo Projectos de documentação, ensino e divulgação cultural que buscam reverter o processo de marginalização histórica.

Essas acções são fundamentais para garantir que as línguas nacionais sejam reconhecidas como patrimónios culturais e instrumentos vivos de identidade e comunicação.

6.2 Inclusão das línguas nacionais no sistema educativo

Desde 2011, Angola adoptou um modelo de educação bilíngue, com o objectivo de introduzir as línguas nacionais no sistema educativo formal, especialmente no ensino primário.

Entre 2004 e 2010, foram realizadas experiências piloto com sete línguas nacionais em várias escolas, envolvendo milhares de alunos e professores, com o intuito de promover o bilinguismo e fortalecer a cultura nacional (INIDE, 2014; Onélio Santiago, 2014).

O Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (**INIDE**) coordena essa implementação, que visa garantir que todo angolano seja bilíngue, dominando o português e uma língua nacional (Onélio Santiago, 2014).

Apesar dos avanços, especialistas alertam para desafios como a insuficiência de professores qualificados e materiais didácticos adequados, que podem comprometer a eficácia do ensino das línguas nacionais (VOA, 2024).

Ainda assim, a política educativa enfatiza a importância da preservação da diversidade linguística como parte da identidade cultural e da coesão social do país (Universidade de Lisboa, 2019).

6.3 Tecnologias e documentação linguística

As novas tecnologias têm sido aliadas importantes na valorização e revitalização das línguas nacionais angolanas. Não sabemos se continuadas, as plataformas digitais como o Evalina, que oferece lições online gratuitas de línguas nacionais como o Umbundu e o Kimbundu, e o Dicionário Ngola Yetu, um tradutor online entre línguas nacionais e português, facilitam o acesso ao aprendizado e à documentação dessas línguas, especialmente para os jovens conectados à internet (Global Voices, 2013).

Essas iniciativas digitais (se continuadas) promovem o uso informal e formal das línguas, ampliando seu alcance e contribuindo para a sua preservação. Além disso, segundo Gomes, seminários e formações organizados pelo Instituto de Línguas Nacionais e pelo Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação têm sido

fundamentais para preparar docentes e desenvolver materiais didáticos baseados nos alfabetos oficiais aprovados para seis línguas nacionais, consolidando a planificação linguística e a inserção dessas línguas no sistema educacional (Gomes, 2014).

A combinação entre políticas públicas, educação bilíngue e tecnologias digitais representa uma estratégia integrada para garantir a sobrevivência e o fortalecimento das línguas nacionais em Angola.

VII. ESTUDO DE CASO: KIMBUNDU E UMBUNDU

As línguas Kimbundu e Umbundu são duas das principais línguas nacionais de Angola, ambas pertencentes ao grupo das línguas bantu e desempenhando papel fundamental na identidade cultural e social de grandes grupos étnicos do país.

A língua **Kimbundu** é falada principalmente na região noroeste de Angola, incluindo a província de Luanda e áreas fronteiriças do centro e norte do país. Segundo dados do Censo de 2014, existem cerca de 1.856.000 falantes de Kimbundu, distribuídos entre zonas urbanas (aproximadamente 1.014.811) e rurais (841.140), o que a torna uma das línguas mais faladas em Angola. Embora o português seja predominante, o Kimbundu mantém uma vitalidade significativa e não é considerada uma língua ameaçada (Fernandes & Ntongo, 2002; Silva, 2021).

Historicamente, o grupo Kimbundu foi um dos primeiros a assimilar costumes coloniais portugueses, o que influenciou a produção das primeiras obras literárias angolanas escritas em português, demonstrando um contacto linguístico intenso e complexo entre o Kimbundu e o português (Scribd, 2025).

Umbundu, por sua vez, é a língua mais falada em Angola, predominando principalmente no planalto central, nas províncias do Huambo, Bié e Benguela. Os Ovimbundu, que constituem cerca de 37% da população angolana, são os principais falantes do Umbundu (Wikipedia, 2024). Essa língua tem grande importância cultural e social, sendo usada em contextos familiares, comunitários e culturais, apesar dos impactos da urbanização e da guerra civil que afectaram profundamente a região e a população ovimbundu (Wikipedia, 2024).

Projectos educacionais, como o Projecto Okutanga, têm evidenciado o impacto positivo da inclusão do Umbundu no processo de alfabetização de adultos, especialmente entre mulheres zungueiras na cidade do Cuito-Bié, reforçando a importância da língua para a preservação cultural e para a educação (RECIPEB, 2024). O Umbundu também influencia o português falado localmente, gerando interferências linguísticas que reflectem o contacto contínuo entre as línguas.

Ambas as línguas enfrentam desafios comuns, como a pressão crescente do português, especialmente nas áreas urbanas, e a necessidade de políticas públicas eficazes para sua preservação e valorização. No entanto, mantêm-se como símbolos fortes da identidade

cultural angolana e são alvo de esforços de revitalização e ensino bilíngue, que buscam garantir sua transmissão às futuras gerações (Silva, 2021; Wikipedia, 2024).

VIII. CONCLUSÃO

As línguas nacionais de Angola representam muito mais do que simples meios de comunicação; são pilares fundamentais da identidade cultural, memória colectiva e resistência histórica do povo angolano.

Ao longo dos séculos, essas línguas enfrentaram a imposição do português durante o período colonial e continuam a enfrentar desafios decorrentes da urbanização, globalização, políticas educacionais restritivas e estigmatização social. Contudo, a vitalidade das línguas nacionais, como o Kimbundu e o Umbundu, demonstra a resiliência cultural e a importância dessas línguas para a afirmação da diversidade étnica e cultural do país.

As iniciativas governamentais, o activismo linguístico, a inclusão gradual das línguas nacionais no sistema educativo e o uso de tecnologias digitais para documentação e ensino constituem estratégias essenciais para a valorização e preservação desses patrimónios linguísticos.

Preservar as línguas nacionais é, portanto, **preservar modos de vida, saberes ancestrais e visões de mundo singulares** que enriquecem a “nação angolana”. O fortalecimento dessas línguas deve ser encarado como uma prioridade política e cultural, capaz de promover a inclusão social, a coesão nacional e o respeito à diversidade.

Assim, a resistência cultural através da língua permanece viva, reafirmando que a pluralidade linguística é um dos maiores patrimónios de Angola.

IX. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Apresentam-se as referências bibliográficas adaptadas do formato da norma ABNT (*Associação Brasileira de Normas Técnicas*) para as obras e documentos mencionados e consultados:

1. Nicolau, A.L. (2024). “Contribuição ao Renascimento da Província de Ambaca no Contexto Hodierno de Angola”. Ensaio – Versão Exploratória. (*Artigo nº 008/2024*). Março 2024.
2. Nicolau, A.L. (2024). “Contribuição à Historicidade da Língua Kimbundu (Angola)”. (*Artigo nº 007/2024*). Fevereiro 2024.
3. Nicolau, A.L. (2024). “À Procura da Identidade Cultural Angolana”. (*Artigo nº 001/2024*). Janeiro 2024.
4. Nicolau, A.L. (2023). “Não me Preocupa o que Há, Mas o que Há-de Ficar”. Dezembro 2023.
5. Tamba, Pansau. (s/d). “A Política Linguística na África e Situação das Línguas Autóctones na Educação: *Uma Análise Crítica das Constituições*”. UNILAB, Brasil.
6. Angola. (2016). Constituição da República de Angola. Recuperado de <https://pt.scribd.com/document/816807071/Trabalho-de-Linguistica-final1>
7. Augusto, M. A. (2015). A história do ensino da língua portuguesa em Angola. Verbum – Cadernos de Pós-Graduação, (7), 60-70. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/verbum/article/download/22649/16420/58229>

8. Bienal de Luanda. (s.d.). Entrevista - Bienal de Luanda. Recuperado de <https://forum.bienaldeluanda.gov.ao/category/entrevista/>
9. Dialnet. (2015). O direito à diversidade linguística (O caso de Angola). Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3199389.pdf>
10. Economia & Mercado. (2025, 20 de Março). Rótulo e estigmatização étnica em Angola. Recuperado de <https://www.economiaemercado.com/artigo/rotulo-e-estigmatizacao-etnica-em-angola>
11. Fernandes, J., & Ntongo, Z. (2002). Dados do Censo 2014 sobre falantes de Kimbundu. In Silva, A. A. P. (2021). Vitalidade e distribuição do Kimbundu em Angola (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo. Recuperado de https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-26052021-190121/publico/2020_AlexAndradeDePaulaESilva_VOrig.pdf
12. Gatilho. (2024). O kuduro como espaço de resistência linguística do português de Angola. Revista Gatilho. Recuperado de <https://periodicos.ufjf.br/index.php/gatilho/article/view/45145>
13. Global Voices. (2013, 27 de Dezembro). Plataformas angolanas de aprendizagem de línguas nacionais. Recuperado de <https://pt.globalvoices.org/2013/12/27/plataformas-angolanas-de-aprendizagem-de-linguas-nacionais/>
14. Gomes, M. (2014). Letramento(s)/alfabetização em contextos multilíngues de Angola e a planificação linguística. *Educação e Realidade*, 39(3), 59-77. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/edur/a/56ZJzJ9jzcfjrv67pmdQvWL/>
15. Instituto Nacional de Estatística (INE). (2014). Recenseamento Geral da População e Habitação de Angola. Recuperado de <https://periodicorease.pro.br/rease/article/download/12809/6147/24935>
16. Instituto Nacional de Línguas (INL). (1980). Histórico sobre a Criação dos Alfabetos em Línguas Nacionais. Edições 70, Lda. Lisboa.
17. Conselho de Ministros. (1987). Resolução nº 3/87, de 13 de Maio – Aprova a Título Experimental, os Alfabetos de 6 Línguas Nacionais. DR. 41, I Série.
18. Jornal Folha 8. (2023, 21 de Janeiro). Línguas nacionais *versus* o português. Recuperado de <https://jornalf8.net/2023/linguas-nacionais-versus-o-portugues/>
19. Jornal Opais. (2024, 30 de Julho). Línguas nacionais: património em extinção. Recuperado de <https://www.opais.ao/opinioao/linguas-nacionais-patrimonio-em-extincao/>
20. Lukamba Takumula, L. (2024). A situação linguística do Umbundu na província do Huambo. SIGIISP. Recuperado de https://sigiisp.ispcaala.com/repositorio/Arqui_LAURIANO%20LUKAMBA%20TAKUMULA_f700d937a2f34bf9c57c6fcc512dba7.pdf
21. Miguel, F. (2019). Empréstimos das línguas bantu no português falado em Angola. Njinga Esapé. Recuperado de <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape/article/download/721/500/2614>
22. Ministério da Cultura. (2025). “Proposta de Lei das Línguas de Angola”. Consulta Pública em 11 de Abril 2025.
23. Onélio Santiago. (2014, 25 de Novembro). Línguas Nacionais Logo Estarão no 1º Ano das Escolas de Angola. Recuperado de <http://ipol.org.br/linguas-nacionais-logo-estara-no-1o-ano-das-escolas-de-angola/>
24. Pimentel, E. (2013, 15 de Outubro). Amélia Mingas quer «maior aposta» no ensino das línguas nacionais em Angola: Défice de livros e de quadros. *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*. Recuperado de <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/outros/diversidades/amelia-mingas-quer-maior-aposta-no-ensino-das-linguas-nacionais-em-angola/2816>
25. RECIPEB: Revista Científico-Pedagógica do Bié. (2024). A importância da língua Umbundu no processo de alfabetização de adultos: o caso do Projecto Okutanga. Recuperado de <https://www.recipeb.bi/>

26. Revista ABRALIN. (2019, 24 de Junho). Língua Portuguesa em Angola: silenciamentos, isolamentos e hierarquias. Recuperado de <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/507>
27. RILP. (2018). Norma e variação linguística: implicações no ensino da língua portuguesa em Angola. Revista Internacional de Línguas e Políticas Linguísticas. Recuperado de <https://www.rilp-aulp.org/index.php/rilp/article/download/RILP2017.32.2/RILP2017.32.2>
28. RILP. (2017). As Políticas Linguísticas nos PALOP e o Desenvolvimento Endógeno. Revista Internacional em Língua Portuguesa - nº 31 – 2017.
29. Scribd. (2025, 27 de Abril). Língua Kimbundu. Recuperado de <https://pt.scribd.com/doc/237888771/LINGUA-KIMBUNDU>
30. Universidade de Lisboa. (2019). A educação bilíngue em Angola e o lugar das línguas nacionais. Repositório da Universidade de Lisboa. Recuperado de <https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/37927>
31. Victoriano Armindo. (2016). O contributo do kimbundu no português em Angola. Universidade de Évora. Recuperado de https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/28950/1/Doutoramento-Linguistica-Victoriano_Armindo.pdf
32. VOA Português. (2024, 14 de Maio). Angola: Educadores dizem não haver condições para o ensino de línguas nacionais. Recuperado de <https://www.voaportugues.com/a/angola-educadores-avisam-sobre-insufici%C3%A2ncias-para-se-lan%C3%A7ar-ensino-de-l%C3%ADnguas-nacionais/7610835.html>
33. Wikipedia. (2024, 26 de Setembro). Língua quimbundo. Recuperado de https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADngua_quimbundo
34. Wikipedia. (2024, 27 de Novembro). Ovimbundos. Recuperado de <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ovimbundos>
35. Wikipedia. (s.d.). Línguas Nacionais de Angola. Recuperado de https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADnguas_nacionais_de_Angola